

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA
PEDRO LEOPOLDO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Sócios Quotistas e Administradores da
Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção "base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, e consequentemente não emitimos opinião sobre elas. Além disso, as análises adicionais desenvolvidas, decorrentes de uma primeira auditoria, sobre transações e valores que compõem os saldos de 31 de dezembro de 2023, conforme determina a NBC TA 510 – Trabalhos iniciais, saldos iniciais, não foram suficientes para assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Thiago Gonçalves Marques
Contador CRC 1 SP 254881/O-8

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO LTDA.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo		Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Passivo e patrimônio líquido		Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
	Nota explicativa	2024	2024	2023 (Não auditado)	2023 (Não auditado)		Nota explicativa	2024	2024	2023 (Não auditado)	2023 (Não auditado)
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	3	183.822	186.264	542	2.391	Fornecedores	8	910	67.904	-	65.510
Impostos a recuperar		-	2	-	-	Obrigações tributárias	9	762	2.558	622	697
Adiantamento a fornecedores	4	-	1	-	10.067	Arrendamentos CP	10	-	25	-	-
Partes relacionadas - Mutuos AC	11	-	1	20.440	-	Partes relacionadas - Mutuos	11	-	-	22.362	22.362
Projetos		262	262	222	222			1.672	70.487	22.984	88.569
Outros ativos		-	82	-	1.315						
		184.084	186.612	21.204	13.995						
Não circulante						Não circulante					
Investimentos	5	143.649	-	(108)	-	Arrendamentos LP	10	-	11.559	-	-
Imobilizado	6	33	213.400	60	72.746	Empréstimos e financiamentos	12	259.896	259.896	-	-
Direito de uso	7	-	8.128	-	-			259.896	271.455	-	-
		143.682	221.528	(48)	72.746						
Total do ativo		327.766	408.140	21.156	86.741	Patrimônio líquido	13				
						Capital Social		36.729	36.729	10	10
						Adiantamento para futuro aumento de capital		40.000	40.000	-	-
						Prejuízos acumulados		(1.838)	(1.838)	(1.046)	(1.046)
						Prejuízo do exercício		(8.693)	(8.693)	(792)	(792)
						Total do passivo e patrimônio líquido		327.766	408.140	21.156	86.741
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.											

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO LTDA.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

		Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
	Nota explicativa	2024	2024	2023 (Não auditado)	2023 (Não auditado)
Despesas operacionais					
Despesas administrativas	14	(44)	(1.877)	(39)	(125)
Despesas Tributárias		(1)	(13)	-	(39)
Equivalência patrimonial	-	(8.031)	-	(128)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(999)	(999)	(607)	(607)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(9.075)	(2.889)	(774)	(771)
Resultado financeiro	15				
Receitas financeiras		480	486	608	614
Despesas financeiras		(3)	(6.195)	(437)	(446)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(8.598)	(8.598)	(603)	(603)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(95)	(95)	(189)	(189)
Prejuízo do exercício		(8.693)	(8.693)	(792)	(792)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.					

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO LTDA.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(8.693)	(792)	(8.693)	(792)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(8.693)	(792)	(8.693)	(792)
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)	10	-	(1.838)	(1.828)
Aumento de capital social	36.719	-	-	36.719
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	40.000	-	40.000
Prejuízo do período	-	-	(8.693)	(8.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	36.729	40.000	(10.531)	66.198

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício antes dos tributos sobre o lucro	(8.693)	(792)	(8.693)	(792)
Ajustes no lucro para:				
Encargos de juros de arrendamento	-	-	6.102	-
Amortização direito de uso	-	-	973	-
Depreciação	27	27	27	27
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	8.031	128	-	-
	(638)	(637)	(1.591)	(765)
(Aumento) redução dos ativos operacionais				
Impostos a recuperar	1	2	(2)	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	10.066	(10.067)
Outros ativos	(40)	(222)	1.193	(1.537)
	(39)	(220)	11.257	(11.604)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Fornecedores	910	-	2.394	65.510
Obrigações tributárias	140	620	1.861	695
	1.050	620	4.255	66.205
Caixa aplicado nas atividades operacionais	373	(237)	13.921	53.836
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	-	-	-	-
Pagamento juros de arrendamento	-	-	(610)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	373	(237)	13.311	53.836
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	-	-	(140.681)	(72.686)
Aportes de capital nas investidas	(151.786)	(22)	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(151.786)	(22)	(140.681)	(72.686)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital social	36.719	-	36.719	-
Adiantamento para aumento de capital	40.000	-	40.000	-
Pagamento partes relacionadas	(1.922)	-	(22.363)	-
Pagamento principal de arrendamento	-	-	(3.009)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	260.000	-	260.000	-
Pagamento do custo na emissão de empréstimos	(104)	-	(104)	-
Partes relacionadas - ingressos de dívidas	-	800	-	21.240
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	334.693	800	311.243	21.240
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	183.280	541	183.873	2.390
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	542	1	2.391	1
No fim do exercício	183.822	542	186.264	2.391
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	183.280	541	183.873	2.390

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo S.A (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Av. alvares Cabral, 1777 – sala 1105 – Bairro Santo Agostinho – CEP 30170-008 - Belo Horizonte - MG

A Companhia e suas controladas foi constituída em 24 de fevereiro de 2021 tendo por objeto social: (i) escritório com prestação de serviços de desenvolvimento, (ii) gerenciamento e gestão de projetos solares, (iii) supervisão de obras de construção civil e elétrica, (iv) ligação e religação de pontos de conexão residencial de energia elétrica, (v) geração de energia fotovoltaica, (vi) intermediação de negócios referentes a energia solar, (vii) operação de construção e manutenção de usinas solares escritório com serviços de preparação de documentos e serviços de apoio administrativo (exceto serviços advocatícios), tais como preenchimento de cadastros e formulários junto a órgãos públicos e privados para obtenção de autorizações e licenças, e (viii) gestão, administração, compra e venda das participações societárias (holdings) de instituições não-financeiras, podendo participar de outras companhias de qualquer natureza.

Em setembro de 2024 A Companhia e suas controladas foi adquirida pelos Fundos Classe A Multiestratégia Responsabilidade Limitada do Perfin Infra II Master A Fundo de Investimento em Participação e Classe A Multiestratégia Responsabilidade Limitada do Perfin Infra II Master C Fundo de Investimento em Participação. Os dois fundos são os controladores da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas detém 100% de participação acionária nas Companhias brasileiras (“Investidas”), abaixo discriminada.

Em 05 de outubro de 2022, A Companhia e suas controladas constituiu as SPEs Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo I Ltda (“Pedro Leopoldo I”) e Usina de Energia Fotovoltaica Pedro Leopoldo II Ltda (“Pedro Leopoldo II”), essas SPEs tem por objeto social e propósito específico a geração de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, e as duas SPEs possuem, conjuntamente, capacidade instalada de 127,6MWpico (90MWac). As duas empresas firmaram contratos de venda de energia com clientes (“Offtakers”), por um prazo variando entre de 12 e 15 anos, e a previsão de início de operação comercial entre maio e julho de 2025.

Investidas CDV	Dados das investidas		
	Capacidade instalada em MW	Localidade	Início de Operação em
Pedro Leopoldo I	45 MWac	MG	Julho/2025
Pedro Leopoldo II	45 MWac	MG	Maio/2025

Maiores detalhes acerca dos investimentos demonstrados na Nota explicativa 5.

Em 08 de setembro de 2023 foi constituído o Consorcio UFV Pedro Leopoldo II, onde a sua investida Pedro Leopoldo II é a consorciada líder. O objetivo do consorcio é a reunião2, de consorciadas para a união de esforços, experiencias, bens e recursos humanos e técnicos das consorciadas para fins de exploração comercial da Usina. A consorciada líder desempenhará as funções de administradora e gestora do Consórcio. A operações de parte relacionadas estão detalhadas na NE 11.

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram preparadas e estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas, conforme Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Os membros da Administração da Companhia e suas controladas examinaram o conjunto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e concluíram que as mesmas traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira naquela data, e as aprovam em 31 de março de 2025

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras foram apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Base de consolidação

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

As demonstrações financeiras consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas e de suas controladas, apresentadas abaixo:

Companhia Investida	% Participação em		
	2024		
	Direta	Indireta	Total
Pedro Leopoldo I	100%	-	100%
Pedro Leopoldo II	100%	-	100%

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição e na qual A Companhia e suas controladas obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas foram preparadas para os mesmos períodos de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as políticas adotadas pela controladora. Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) eliminação dos investimentos em empresas controladas, bem como os resultados das equivalências patrimoniais e (ii) eliminação dos lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos.

e) Combinação de Negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, A Companhia e suas controladas avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho decorrente de compra vantajosa na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

f) Investimentos

Controlada é uma entidade sobre a qual A Companhia e suas controladas exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

Controlada em conjunto (ou joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias.

Os investimentos da Companhia e suas controladas em suas controladas e controladas em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada ou controlada em conjunto é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia e suas controladas no patrimônio líquido da controlada ou controlada em conjunto a partir da data de aquisição. O ágio relativo às coligadas ou controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controladas ou controladas em conjunto, A Companhia e suas controladas reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre A Companhia e suas controladas, as controladas e controladas em conjunto, são eliminados, quando aplicável, de acordo com a participação mantida na controlada.

Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes nas demonstrações financeiras individuais. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada ou na controlada em conjunto, A Companhia e suas controladas reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, A Companhia e suas controladas determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento, assim é determinado a cada término do exercício social, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas ou controladas em conjunto sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, A Companhia e suas controladas calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas ou controladas em conjunto e o valor contábil, e reconhece o montante dessa perda em "Participação em lucros de controlada ou controlada em conjunto" na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre a controlada ou controlada em conjunto, A Companhia e suas controladas mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da controlada ou controlada em conjunto, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

g) Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras, caso contrário será registrado no circulante.

h) **Determinação do valor justo**

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou não são negociados em mercados ativos, A Companhia e suas controladas faz a avaliação por meio do uso de diversas técnicas e usa seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço e a análise de fluxos de caixa descontados.

i) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

I) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem impostos diferidos ativos, provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e mensuração do custo orçado dos projetos e de instrumentos financeiros.

II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, estão apresentados abaixo:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de vendas em ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

c) Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhece provisão para riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais

j) Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do exercício foram mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Companhia e suas controladas são tributadas pela sistemática do Lucro Presumido.

Conforme ICPC 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre a Lucro, A Companhia e suas controladas avaliou o conceito trazido pela norma em relação a eventuais divergências de entendimento com as autoridades fiscais, não identificando itens a serem destacados dentro de suas práticas.

k) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, em caso de resgate antecipado

m) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto, que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, com base em taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, sendo contabilizada a partir do momento em que os itens estão disponíveis para uso.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente, quando do encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

n) Provisão para perda do valor recuperável de ativos

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Para o ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado, ele é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados, e que possa ser estimado de maneira confiável.

A redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. A Companhia e suas controladas não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, excetuando o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio. A Companhia e suas controladas não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

o) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que A Companhia e suas controladas se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

O principal ativo financeiro reconhecido pela Companhia e suas controladas está representado por caixa e equivalentes de caixa.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas estão representados por fornecedores e contas a pagar pela aquisição de terreno.

p) Provisões

Provisões são reconhecidas quando A Companhia e suas controladas e suas controladas tem uma obrigação presente com consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes significativos que forem avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgados. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2024, A Companhia e suas controladas e suas controladas não possuíam nenhum ativo contingente registrado ou a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

q) **Arrendamentos**

A Companhia e suas controladas avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	Pedro Leopoldo I	Pedro Leopoldo II	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)	-	-	-
Adições	4.737	4.364	9.101
Amortizações	(506)	(467)	(973)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.231	3.897	8.128

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota explicativa “i”.

Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam como taxa de juros 13,95% a.a. em linha com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 35 anos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

r) Custos de empréstimos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

Custos de empréstimos e financiamentos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos relativos ao empréstimo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

s) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024

Novos pronunciamentos	Natureza da alteração	Período vigente
Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável.	1º de janeiro de 2025
Alterações na IFRS 7/ CPC 40 (R1) e IFRS 9 / CPC 48	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza	1º de janeiro de 2026
Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48	Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.	1º de janeiro de 2027
Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública	Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19	1º de janeiro de 2027

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
		Não auditado		Não auditado
Aplicações financeiras (a)	183.822	542	186.264	2.391
Total	183.822	542	186.264	2.391

- (a) As aplicações correspondem a aplicações em renda fixa automáticas vinculadas a conta corrente e com liquidez diária. São consideradas instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

As aplicações financeiras possuem liquidez imediata e foram remuneradas, em média, a 97% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% em 31 de dezembro de 2023).

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Adiantamentos a Fornecedores

O saldo de balanço dos adiantamentos a fornecedores em 31 de dezembro de 2023 é dos fornecedores nacionais referentes aos projetos de construção dos parques de geração de energia fotovoltaica. O consolidado não apresenta saldo de fornecedores nacionais na controladora em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (R\$ 10.067 em 31 de dezembro de 2023 no consolidado).

5. Investimentos

A composição dos investimentos da Controladora em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Descrição	Participação societária	Saldo em 31/12/203 (Não auditado)	Saldo em 31/12/204
Pedro Leopoldo I	100%	(94)	83.950
Pedro Leopoldo II	100%	(14)	59.699
Total entidades consolidadas		(108)	143.649
Total Investimentos		(108)	143.649

A movimentação do investimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está demonstrado a seguir:

Descrição	Saldo em 31/12/2023 (Não Auditado)	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2024
Pedro Leopoldo I	(94)	88.466	(4.422)	83.950
Pedro Leopoldo II	(14)	63.322	(3.609)	59.699
Subtotal entidades consolidadas	(108)	151.788	(8.031)	143.649
Total Investimentos	(108)	151.788	(8.031)	143.649

As controladas apresentam a seguinte posição em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Saldo em 31/12/2024						
Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio Líquido	Participação da Pedro Leopoldo no Capital Social	Dados das investidas		
				Ativo	Passivo	Resultado do Exercício
Pedro Leopoldo I	27.677.511	83.951	100%	123.564	127.987	(4.423)
Pedro Leopoldo II	7.631.622	59.700	100%	100.461	104.069	(3.608)

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo em 31/12/2023						
Companhia	Quantidade de ações ordinárias detidas pela Companhia	Patrimônio Líquido	Participação da Pedro Leopoldo no Capital Social	Dados das investidas		
				Ativo	Passivo	Resultado do Exercício
Pedro Leopoldo I	10.000	(95)	100%	47.691	47.796	(105)
Pedro Leopoldo II	10.000	(13)	100%	38.226	38.249	(23)

6. Imobilizado

O imobilizado se refere a usina de energia elétrica por fonte solar fotovoltaica, com capacidade instalada de 127,6MWpico (90MWac). Sendo a previsão de conclusão da obra no primeiro semestre de 2025 e o início de operação comercial entre maio e julho de 2025, pertencentes as suas controladas Pedro Leopoldo I e Pedro Leopoldo II.

A composição do ativo imobilizado em andamento, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada na tabela abaixo:

	Consolidado			
				Não auditado
	Custo	Depreciação	Imobilizado Líquido em 31/12/2024	Imobilizado Líquido em 31/12/2023
Projetos em andamento	158.235	-	158.235	72.686
Adiantamentos contratos de importação	4.030	-	4.030	-
Adiantamento a fornecedores	51.102	-	51.102	-
Máquinas e equipamentos	134	(101)	33	60
Saldo em 31 de dezembro de 2024	213.501	(101)	213.400	72.746
	Controladora			
				Não auditado
	Custo	Depreciação	Imobilizado Líquido em 31/12/2024	Imobilizado Líquido em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	134	(101)	33	60
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134	(101)	33	60

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está demonstrada a seguir:

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidada		
	Não auditado		
	Imobilizado Líquido em 31/12/2023	Adições	Imobilizado Líquido em 31/12/2024
Projetos em andamento	72.686	85.549	158.235
Adiantamentos contratos de importação	-	4.030	4.030
Adiantamento a fornecedores	-	51.102	51.102
Máquinas e equipamentos	60	-	33
Saldo em 31 de dezembro de 2024	72.746	140.681	213.400

	Controladora		
	Não auditado		
	Imobilizado Líquido em 31/12/2023	Adições	Imobilizado Líquido em 31/12/2024
Máquinas e equipamentos	60	-	33
Saldo em 31 de dezembro de 2024	60	-	33

7. Direito de uso

Os valores relativos a direito de uso registrados no ativo são oriundos do impacto nas contas das Controladas Pedro Leopoldo I e Pedro Leopoldo II da adoção do IFRS 16 - Arrendamentos (CPC 06 (R2)) e advém principalmente com relação a contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica. Trata-se de 12 contratos celebrados por um período de 35 anos com vigência entre 2021 e 2056. A divulgação das informações sobre as obrigações assumidas oriundas destes contratos está detalhada na Nota 11.

A movimentação do direito de uso dos ativos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada abaixo:

	Pedro Leopoldo I	Pedro Leopoldo II	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)	-	-	-
Adições	4.737	4.364	9.101
Amortizações	(506)	(467)	(973)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.231	3.897	8.128

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não apurou despesas referentes a arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

8. Fornecedores

O saldo de fornecedores nacionais em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 32.685 (R\$33.770 em 31 de dezembro de 2023) e se referem principalmente aos projetos de construção dos parques de geração de energia fotovoltaica. Os valores de fornecedores não sofrem incidência de juros e são geralmente liquidados em prazos de 20 a 30 dias.

O saldo de fornecedores nacionais na controladora em 31 de dezembro de 2024 é R\$910 e R\$ 67.904 no consolidado (R\$ 65.510 em 31 de dezembro de 2023 no consolidado).

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Fornecedores a pagar	67.904	65.510	910	-
Total	67.904	65.510	910	-

9. Obrigações tributárias

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditoria)	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditoria)
INSS Retidos serviços terceiros	1.776	55	-	-
IOF a recolher	433	433	433	433
IRPJ a recolher	188	134	188	134
CSLL a recolher	80	56	80	55
IRRF/ Pis/COFINS/Csll	54	6	46	-
IRRF serviços de terceiros	27	13	15	-
Total	2.558	697	762	622

10. Arrendamentos

Os valores relativos a passivos de arrendamento são oriundos da adoção inicial do IFRS 16 - Arrendamentos (CPC 06 (R2)) nas Controladas Pedro Leopoldo I e Pedro Leopoldo II, e advém principalmente das obrigações assumidas com 12 contratos de arrendamento de terrenos onde estão implantados os empreendimentos de minigeração de energia fotovoltaica com prazo de duração de 35 anos tendo sua vigência entre 2021 e 2056.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os arrendamentos foram contabilizados de acordo com as práticas contábeis mencionadas na Nota explicativa 2.17, com taxa de juros 13,95% a.a. com o prazo do vencimento do contrato de aluguel de 35 anos, com vencimento até 2056.

Abaixo são apresentados os saldos contábeis e as movimentações do passivo de arrendamentos, para os exercícios findos em 31 e dezembro de 2024 e 2023.

	Passivo de Arrendamento	Ajuste a Valor Presente	Valor Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - não auditado	-	-	-
Adições	48.136	(32.933)	15.203
Pagamentos	(3.009)	-	(3.009)
Amortização dos juros	(610)	-	(610)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	44.517	(32.933)	11.584

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento do saldo a pagar dos arrendamentos de acordo com as obrigações assumidas em cada contrato:

	2025	2026	2027	2028	2029	A partir de 2029	Total
Pedro Leopoldo I	232	232	232	232	232	22.015	23.175
Pedro Leopoldo II	213	213	213	213	213	20.277	21.342
Total	445	445	445	445	445	42.292	44.517

11. Transações com partes relacionadas

Remuneração dos membros-chave da Administração

A Companhia não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Parte relacionadas Ativo circulante

O principal saldo ativo é um contas a receber da sua investida Pedro Leopoldo II com o Consorcio UFV Pedro Leopoldo II em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 1, referente a pagamentos de despesas do Consórcio.

Parte relacionada	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023 (Não auditado)
Consorcio UFV Pedro Leopoldo II,	1	-

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Partes relacionadas Passivo circulante

Os principais saldos passivos em 31 de dezembro de 2023, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de contratos de mútuos com a Solatio Energy e Solatio Desenvolvimento, de acordo com as condições específicas estipuladas entre as partes, valores conforme quadro abaixo.

Os Mútuos com partes relacionadas têm prazo de vencimento indeterminado, e juros de 0,25% ao mês, os quais foram quitados em setembro de 2024 com a integralização de capital através desses mútuos.

Parte relacionada	Juros	Saldo em 31/12/2023 (Não auditado)	Integralização de capital com mútuos	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Socio Solatio Energy	0,25% ao mês	20.443	(20.142)	(301)	-
Socio Solatio Desenvolvimento	0,25% ao mês	1.919	(1.919)	-	-
		22.362	(22.061)	(301)	-

12. Empréstimos e Financiamentos

Emissão de Notas Comerciais Escriturais, não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública, datado em 16 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 260.000, atualizados por CDI + 1,62% a.a., representando um financiamento de 18 meses, com pagamento no final desses 18 meses. O recurso será usado para a construção das Usinas Fotovoltaicas de suas controladas Pedro Leopoldo I e Pedro Leopoldo II.

Como garantias específicas haverá através dos seguintes instrumentos contratuais:

- Contrato de Cessão Fiduciária dos Recebíveis do Projeto e Cessão Fiduciária sobre as Contas Vinculadas Aumento de Capital;
- Alienação Fiduciária de Ações;
- Alienação Fiduciária das máquinas e equipamentos; e
- Alienação Fiduciária de Quotas.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação Emissão de Notas Comerciais Escriturais nos exercícios de 2024 teve a seguinte composição:

Movimentação Notas Comerciais	Moeda Nacional	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditado)
Saldo Inicial	-	-
Ingressos de dívidas	260.000	-
Juros incorridos capitalizados	-	-
Custos de transação a amortizar	(104)	-
	-	-
Saldo final	259.896	-
Não circulante	259.896	-

O saldo da dívida de longo prazo em 31 de dezembro de 2024 é conforme detalhe abaixo:

	2025	2026	Total
Empréstimos - Notas comerciais	173.333	86.563	259.896

13. Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social autorizado e subscrito e integralizado é de R\$36.729 dividido em 36.729.481 ações ordinárias nominativas (Em 31 de dezembro de 2023 R\$ 10 o capital social subscrito e integralizado).

Acionista	Número de ações ordinárias	% do Capital da Companhia
Classe A Multiestratégia Responsabilidade Limitada do Perfin Infra II Master A Fundo de Investimento em Participação	6.938.199	14,33%
Classe A Multiestratégia Responsabilidade Limitada do Perfin Infra II Master C Fundo de Investimento em Participação	29.791.282	85,67%
	36.729.481	100%

Os detentores de ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia e suas controladas. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia e suas controladas.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do capital social

A movimentação do Capital Social da Companhia ocorreu conforme eventos relatados abaixo:

Em 12 de setembro de 2024 a Companhia realizou um aumento de capital subscrito de R\$36.719 dividido em 36.719.481 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão equivalente a R\$1,00, integralizado nesta data, pela conversão em capital social da integralidade dos adiantamentos para futuros aumentos de capital ("AFAC") no valor de R\$ 14.658 e R\$ 22.061 pela conversão de mútuos.

Descrição	Data	Ações	Capital social
Saldo em 31 de dezembro de 2023 - não auditado		10	10
Aumento de capital - integralização de Capital com AFAC realizado em 2024	12/09/2024	14.658	14.658
Aumento de capital - integralização de Capital com mútuos realizados em 2023	12/09/2024	22.061	22.061
Integralizado em 2024		36.719	36.719
Saldo em 31 de dezembro de 2024		36.729	36.729

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia e suas controladas apurou prejuízos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não constituindo assim reserva legal.

Remuneração dos administradores

A Companhia e suas controladas não incorreu em gastos relacionados a remuneração de diretores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

AFAC - Adiantamento para Futuro aumento de Capital

Valores aportados pelo acionista para continuidade da Companhia e suas controladas no desenvolvimento de suas atividades. Estes valores servirão para aumento de capital e integralização em momento oportuno.

Acionistas	
Classe A Multiestratégia Responsabilidade Limitada do Perfin Infra II Master A Fundo de Investimento em Participação	4.055
Classe A Multiestratégia Responsabilidade Limitada do Perfin Infra II Master C Fundo de Investimento em Participação	35.945
Total adiantamento para futuro aumento de capital	40.000

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais, durante o período correspondente ao resultado conforme a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 41 (R2) - Resultado por ação (IAS 33). O resultado por ação é calculado pela divisão do resultado líquido do período pela média ponderada das ações emitidas.

A tabela a seguir apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação. A Companhia não possui qualquer instrumento financeiro que possa ter efeito dilutivo.

	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Numerador		
Prejuízo do exercício	(8.693)	(792)
Denominador		
Número de ações	36.729	10
Resultado básico e diluído por ação em R\$	-0,23667946	-79,2

14. Despesas por natureza

As despesas gerais apresentaram os saldos conforme abaixo:

a) Despesas administrativa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditoria)	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditoria)
Amortização sobre direito de uso	(972)	-	-	-
Custos de arrendamento	(610)	-	-	-
Prêmios de seguro	(197)	(63)	-	-
Serviços contábeis e consultoria	(69)	(24)	(17)	(12)
Serviços e despesas em geral	(2)	(5)	-	-
Depreciação	(27)	(27)	(27)	(27)
Serviços jurídicos	-	(6)	-	-
Despesas com captação de empréstimos	-	-	-	-
Total	(1.877)	(125)	(44)	(39)

b) Despesas Tributárias

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditoria)	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditoria)
Despesas tributárias	(13)	(39)	(1)	-
Total	(13)	(39)	(1)	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Outras receitas (despesas) operacionais

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditoria)	31/12/2024	31/12/2023 (Não Auditoria)
Despesas com captação de empréstimos	(999)	(607)	(999)	(607)
Total	(999)	(607)	(999)	(607)

15. Resultado Financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
Receitas financeiras				
Receitas aplicações financeiras	486	6	480	-
Juros ativos	-	608	-	608
Subtotal	486	614	480	608
Despesas financeiras				
Juros dos arrendamentos	(5.492)	-	-	-
Juros	(540)	(2)	-	-
Multas	(153)	-	-	-
Tarifas bancárias	(10)	(10)	(3)	(3)
IOF sobre operações financeiras	-	(383)	-	(383)
Subtotal	(6.195)	(446)	(3)	(437)
Total	(5.709)	168	477	171

16. Provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas não possuía riscos tributários, ambientais, cíveis ou trabalhistas avaliados como perda provável ou possível, bem como até a data da autorização da emissão destas demonstrações financeiras.

17. Instrumentos financeiros, gestão de capital e gestão dos riscos

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia e suas controladas aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Instrumentos financeiros—continuação

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 3 - inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

	31/12/2024		31/12/2023 (Não auditado)			
			Consolidado			
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Classificação	Nível
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	-		-		Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	186.264	186.264	2.391	2.391	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros						
Fornecedores	67.904	67.904	65.510	65.510	Custo amortizado	-
Partes relacionadas - Mútuos	-	-	22.362	22.362	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	11.584	11.584	-	-	Custo amortizado	-
Empréstimos (notas de créditos)	259.896	259.896	-	-		

	31/12/2024		31/12/2023 (Não auditado)			
			Controladora			
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Classificação	Nível
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	-		-		Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	183.822	183.822	542	542	Valor justo por meio do resultado	2
Passivos financeiros						
Fornecedores	910	910	-	-	Custo amortizado	-
Partes relacionadas - Mútuos	-	-	22.362	22.362	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	Custo amortizado	-
Empréstimos (notas de créditos)	259.896	259.896	-	-		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e
- Empréstimos (notas de créditos) e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar): Como esse contrato é de longo prazo, portanto, não está contemplado no escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado

Gestão de Riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. Tais políticas e procedimentos foram definidos no Manual de Compliance e Integridade e na Política de Gestão Integrada de Riscos de *Compliance* da Perfin.

Os principais fatores de risco inerentes à Companhia podem ser assim identificados:

i) Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às importações feitas em moeda diferente da moeda funcional da Companhia e suas controladas.

ii) Risco regulatório

A Companhia e suas controladas está sujeita a regulação do setor Energético Brasileiro e, mais especificamente, às regulações do segmento de Geração Distribuída Remota. As implicações deste arcabouço legal nos resultados atuais e futuros são monitoradas pela Diretoria Executiva da Companhia e suas controladas.

iii) *Riscos de crédito*

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e suas controladas de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela Diretoria Financeira, respeitando limites de crédito definidos.

iv) *Riscos de liquidez*

Risco de liquidez é a possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprir suas obrigações financeiras nos prazos previstos, ou enfrentarem dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez no mercado. A gestão do Fluxo de Caixa é responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas.

v) *Risco de taxa de juros*

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia e suas controladas gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma equilibrada participação de empréstimos e financiamentos atrelados a indicadores com menores taxas e baixa flutuação no curto e longo prazo.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros das aplicações financeiras

Para verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais A Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 5 cenários diferentes. A base para definir esses cenários foi o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil 15 de janeiro de 2025, de onde foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Aplicações financeiras (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2024	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				11,6400 %	5,8200%	8,7300%	14,5500%	17,4600%
Aplicações financeiras - Pedro Leopoldo	CDI	97,0%	183.822	21.367	10.698	16.048	26.746	32.095
Aplicações financeiras - Pedro Leopoldo I	CDI	97,0%	1.255	146	73	110	183	219
Aplicações financeiras - Pedro Leopoldo II	CDI	97,0%	1.187	138	69	104	173	207
Total				186.264	21.681	10.841	16.261	27.101
							32.522	

Aplicações financeiras (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2023	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				11,7500%	5,8750%	8,8125%	14,6875%	17,6250%
Aplicações financeiras - Pedro Leopoldo	CDI	100,0%	542	64	32	48	80	96
Aplicações financeiras - Pedro Leopoldo I	CDI	100,0%	925	109	54	82	136	163
Aplicações financeiras - Pedro Leopoldo II	CDI	100,0%	924	109	54	81	136	163
Total				2.391	281	140	211	351
							421	

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, adotado pela Companhia, o IPCA projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 15 de janeiro de 2025; e a partir destes parâmetros foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de redução do risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação do risco, respectivamente.

Empréstimos e financiamentos (em milhares de R\$)	Indexador	% do Indexador	Posição em 31.12.2024	Projeção notas de crédito - Um Ano				
				Cenário Provável	Risco de Redução		Risco de Aumento	
					Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
				11,7500%	5,8750%	8,8125%	14,6875%	17,6250%
Nota de crédito	CDI	100,0%	259.896	30.538	15.269	22.903	38.172	45.807
Total			259.896	30.538	15.269	22.903	38.172	45.807

Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA PEDRO LEOPOLDO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Compromissos

As Investidas Pedro Leopoldo I e Pedro Leopoldo II firmaram contratos de venda de energia com alguns clientes ("Offtakers") por um prazo variando entre 12 e 15 anos. A previsão de início de operação comercial na Pedro Leopoldo I em julho de 2025 e Pedro Leopoldo II em maio de 2025.

19. Seguros

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2024 estão abaixo apresentados:

31/12/2024			
Pedro Leopoldo I	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Responsabilidade civil	5.000	11	08/05/2023 até 31/03/2025
Risco de engenharia	300.000	117	08/05/205 até 31/03/2025

31/12/2024			
Pedro Leopoldo II	Valor segurado	Prêmio total	Vigência
Responsabilidade civil	5.000	11	08/05/2023 até 31/03/2025
Risco de engenharia	300.000	117	08/05/205 até 31/03/2025

20. Transações não afetaram o caixa

	31/12/2024	31/12/2023 (não auditado)
Aquisição de imobilizado - contas a pagar	67.894	65.510